

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

#### RECURSO :

À SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – SENAD

Venho por meio deste apresentar Recurso Administrativo, vez que o credenciamento para a Unidade de MS (Item 2 do Edital de Pregão Eletrônico nº 04/2019 - Processo nº 08129.002051/2019-50) foi cancelado de forma autônoma, unilateral, irregular e ilegal.

Verifica-se que a taxa de comissão MÁXIMA ADMISSÍVEL no edital de licitação era de 5%, atribuindo essa licitante na sessão do pregão o percentual de R\$ 99,9996, conforme tabela de conversão de percentual em valor mensurável, comprovando que seguiu estritamente a determinação do instrumento editalício (Item 5.6.1.7 do edital de pregão).

Em contrapartida, a pregoeira alega que a proposta oferecida não se enquadra como vantajosa para a administração, o que não corresponde com a realidade. Caso isto fosse verdade, o edital de credenciamento não deveria dispor um “percentual máximo”, exatamente igual aos 5% propostos por esta Recorrente, vez que se realmente não fosse vantajoso referido percentual ou caso gerasse prejuízo para a administração pública, não deveria sequer constar no edital respectivo percentual, ou então que lhe fosse atribuído valor menor que este para fins de ciência dos interessados.

O edital de licitação atribui direitos aos atos do administrador e também garantias aos licitantes/administrados, onde as regras traçadas devem ser fielmente observadas por ambos. Caso contrário, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

A Lei não permite alterações nos critérios de julgamento das propostas ofertadas, devendo serem integralmente aplicadas as regras dispostas no edital de licitação. Deverá ser assegurado aos participantes do certame a certeza do que pretende a Administração, dentro dos limites estabelecidos no edital de convocação, evitando brechas que provoquem violações à moralidade administrativa, prevalecendo que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, NOS EXATOS TERMOS DAS REGRAS PREVIAMENTE ESTIPULADAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Segundo Hely Lopes Meirelles, o edital “é lei interna da licitação” e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

Conforme observa-se, a proposta oferecida por essa Recorrente no presente certame não foi única, pois outra licitante também participou da licitação, ofertando as mesmas condições de preço devido, em total sincronidade ao edital. Tendo em vista tratar-se de uma licitação na modalidade pregão, o quórum de participantes preenche plenamente o requisito para a disputa.

Ressalta-se que, em momento anterior, essa leiloeira já prestou serviços nos mesmos moldes para o CEAD - Conselho Estadual Antidrogas do Estado de Mato Grosso do Sul, possuindo pleno conhecimento dos procedimentos a serem realizados e os elevadíssimos gastos dispensados junto ao SENAD e, possivelmente por esse motivo, a Unidade de Mato Grosso do Sul não recebeu muitos profissionais interessados em participar desse certame, visto que TODOS os profissionais atuantes no Estado, já possuem integral conhecimento do trabalho a ser realizado, os investimentos aplicados no tocante a remoção, guarda dos bens, preparação dos lotes, disponibilização de funcionários exclusivamente para acompanhamento dos interessados à visitação, ampla divulgação, equipe de suporte ao ato do leilão e tantos outros procedimentos que são antecipados pelo leiloeiro credenciado, que será ressarcido exclusivamente por meio da comissão a ser recebida, e apenas em caso de efetiva arrematação.

Essa atuação serve inclusive de alerta para os profissionais de outras unidades objeto do certame e para o próprio SENAD, pois atribuindo o PERCENTUAL ZERO na prestação de serviços, os lances tornam-se IRRISÓRIOS, e porque não dizer INEXEQUÍVEIS, dado que, não suportarão os gastos decorrentes dos trabalhos a serem realizados, ocasionando em uma grande desvantagem e prejuízo para a Administração Pública.

O artigo 48 da Lei nº 8.666/93, versa a respeito do critério objetivo para desclassificação das propostas inexequíveis, conforme segue:

Art. 48: Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido OU com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (grifo nosso)

Além disso, se há profissionais em outros Estados que consideram que a comissão a ser recebida apenas pelo arrematante já lhe é suficiente para cobrir tais investimentos, essa não é a realidade do Estado de Mato Grosso do Sul, onde o custo dos serviços a serem prestados são extremamente expressivo, não comportando redução no percentual

da comissão oferecida.

Veja que, o próprio edital de licitação cuidou de separar o credenciamento dos leiloeiros por Estado, e alguns destes, como São Paulo e Paraná, ainda por regiões distintas internamente, observando as peculiaridades de cada um dos Estados licitados, não podendo neste momento, por mera liberalidade da pregoeira, equipá-los para fins de julgamento das propostas.

Evidente está que o cancelamento da Unidade do Estado de Mato Grosso do Sul participante do pregão afronta os princípios constitucionais e administrativos, ferindo observância obrigatória, implicando em ofensa a todo sistema de comandos.

A transgressão ao princípio da legalidade é fática, vez que a Administração Pública está estritamente vinculada à lei, devendo pautar seus atos sempre na legislação. Tudo tem que estar normatizado, e cada um dos agentes públicos estará adstrito ao que a lei determina, no presente caso, AO QUE O EDITAL DETERMINA. Então, é expressão do princípio da legalidade a permissão para a prática de atos administrativos que sejam expressamente autorizados pela lei. Infelizmente, não é o que se vislumbra no caso em tela, pois não há consistência legal para cancelamento do certame.

Deve-se ainda atentar ao Princípio da Segurança Jurídica, que visa impedir ou reduzir as possibilidades de alteração dos atos administrativo, sem a devida fundamentação. Esse princípio busca evitar as constantes mudanças de interpretações da lei feitas pela Administração, bem como evitar que sejam invalidados seus atos, sem causa justificada, causando prejuízos a terceiros de boa-fé.

Não menos importante, ressalta-se o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, que se vincula a TODOS os participantes, seja a Administração ou mesmos os Licitante/Administrados. Em se tratando de regras constantes no instrumento convocatório, obrigatoriamente deve haver vinculação a elas, conforme estabelecido nos artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;  
(grifo nosso)

O Princípio da Vinculação ao Instrumento convocatório evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro expõe: Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes no edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório, pois se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I)."

Quando a Administração estabelece no edital as condições para participar da licitação, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos, e caso não seja seguido, estarão descumprindo concomitantemente o princípio da livre competição com base em critérios fixados no edital.

Isso posto, requer seja determinada a continuidade da licitação atinente ao item 2 do edital da presente licitação, retornando os procedimentos comuns à licitação, devendo ser observado as propostas apresentadas pelos licitantes que realizaram os procedimentos para participação no certame tempestivamente, possibilitando a livre concorrência, atentando-se ao fiel cumprimento das regras determinadas no Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2019 – Processo nº 08129.002051/2019-50.

Termos em que pede deferimento.  
Campo Grande/MS, 07 de maio de 2019.

CONCEIÇÃO MARIA FIXER  
LEILOEIRA OFICIAL

**Fechar**